

UMA REVISÃO SOBRE A TEMÁTICA DA ERGOLOGIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

*Rafaela Gonçalves Freitas
Mônica de Fátima Bianco*

1. Introdução

Os estudos baseados nas clínicas do trabalho no Brasil possuem ainda pouca expressão na literatura, apresentando influências dos modismos estrangeiros, especialmente norte-americanos, no entanto é reconhecível certa tradição de pesquisa e intervenção no trabalho. Contudo, há grandes expectativas para a ampliação e afirmação das perspectivas abertas e da condução das distintas posições epistemológicas no campo (Bendassolli; Soboll, 2011).

Considerando que as clínicas do trabalho envolvem um conjunto de teorias centralizadas na relação entre trabalho e subjetividade, cada uma parte de um conceito específico para investigar esta relação, ou seja, cada teoria propõe formas específicas de compreender as situações de trabalho e os processos de subjetivação. Dessa forma, cabe ao pesquisador optar por uma teoria de referência e avaliar, epistemologicamente, se ela permite um diálogo com outra teoria clínica do trabalho (Bendassolli; Soboll, 2011).

Neste contexto, não cabe aqui fazer um comparativo das várias teorias do campo das clínicas, optando-se pela centralização na temática da ergologia. Em razão disso, entende-se que uma revisão sistemática de literatura sobre essa temática permitirá obter uma visão geral sobre as evidências de estudos, para então obter um direcionamento para futuros esforços de pesquisa (Petticrew; Roberts, 2006).

Desse modo, o estudo proposto concentra-se na temática da ergologia, entendida como uma disciplina do pensamento a ser usada quando se deseja conhecer as coisas que se inserem no campo de atividades humanas, possuindo uma historicidade (Souza; Bianco, 2007). Para além, a ergologia possui como intuito “incitar aqueles que vivem e trabalham a pôr em palavras um ponto de vista sobre sua atividade, a fim de torná-la comunicável e de submetê-la a confrontação de saberes” (Schwartz, 2010a).

A partir desta perspectiva teórico-analítica, este artigo possui o propósito de analisar como a temática Ergologia vem sendo abordada na produção científica brasileira, nos últimos cinco anos (2013-2018). Afim, de possibilitar compreender quais os principais conceitos aplicados, as áreas de pesquisa, contribuições dos estudos e possibilidades de investigação futuras.

Dessa forma, o artigo foi dividido em três partes principais além da introdução. A seguir os procedimentos metodológicos são apresentados, em seguida os resultados são discutidos e, por fim têm-se as considerações finais.

2. Aspectos Metodológicos

O presente estudo adota os procedimentos da revisão sistemática qualitativa, a qual consiste em uma síntese rigorosa de pesquisas relacionadas sobre uma questão central, envolvendo a interpretação dos dados, agrupamentos dos resultados de acordo com suas similaridades e diferenças (Galvão; Sawada; Trevizan, 2004; Hoefelmann; Santos; Morretti-Pires, 2012).

Os procedimentos da revisão seguiram as etapas: elaboração da questão de investigação; os tipos de estudo; pesquisa bibliográfica para localizar os estudos; análise da busca (critérios de inclusão e exclusão); análise crítica; síntese e avaliação da heterogeneidade e conclusão (Petticrew; Roberts, 2006).

Dessa forma, o estudo realizado no Brasil se concentra na questão “como a temática da ergologia está sendo abordada na produção científica nacional no período de 2013 a 2018?”. Visto que uma revisão deve ser realizada quando há necessidade de obter uma

visão geral da evidência em uma área temática para então poder direcionar futuros esforços de pesquisa (Petticrew; Roberts, 2006).

Desse modo, analisar como a temática da ergologia está sendo abordada na produção científica nacional - isto é, em periódicos brasileiros e com publicação na língua portuguesa - propõe evidências sobre a temática investigada visando contribuir para o desenvolvimento de futuras investigações científicas, apontando lacunas. Para isto, a elaboração das *strings* para a pesquisa atende a finalidade geral e específica do estudo, por meio da combinação dos termos “ergologia” e “trabalho”, seguida pela busca com os descritores “ergologia” e “usos de si”.

Quanto à fonte da pesquisa bibliográfica, optou-se por artigos científicos indexados na base de periódicos da Scielo, a escolha deu-se pela ênfase da pesquisa na produção nacional brasileira, sendo essa base de grande prestígio na área acadêmica no Brasil. A análise da busca ocorreu com o auxílio do software de referências bibliográficas *Mendeley Desktop*.

Os critérios de inclusão incluem: a produção científica ter sido publicada no período de 2013 a 2018 num periódico nacional, possuir ao menos o descritor “ergologia” em seu resumo/abstract e estar no idioma português. Quanto aos critérios de exclusão referem-se às publicações fora do período de pesquisa (2013-2018), estar no idioma inglês ou espanhol e não possuir ao menos um descritor no abstract.

Nas etapas de síntese e avaliação da heterogeneidade e conclusão da revisão sistemática foram realizadas duas etapas. A primeira, concentrada na leitura dos resumos dos artigos que apresentavam os critérios pré-estabelecidos para inclusão. A segunda, procedeu-se com a leitura de todos os trabalhos na íntegra.

Para a apresentação dos resultados, a discussão foi estruturada nos seguintes tópicos: características da produção nacional; concepções sobre a ergologia, subdividindo-se em subtópicos com os conceitos trabalho, usos de si, e saber; na última seção serão apresentadas as contribuições dos estudos teóricos reflexivos.

Os resultados das análises das produções identificadas são apresentados de forma descritiva, a seguir.

3. Análise dos resultados

3.1. Características da produção nacional Brasileira

Com a busca na base de dados Scielo foram encontrados 23 artigos publicados, no período de 2013 a 2018. Destas publicações, 12 foram publicados na área ciências da saúde, mas houve o descarte de uma publicação por estar duplicada, ou seja, já constava na busca, então totalizaram apenas 11 nesta área. Na área de ciências humanas obteve-se um total de 8 artigos, e em ciências sociais aplicadas apenas 1 publicação foi encontrada, seguida com 2 artigos em Linguísticas, letras e saúde. Assim, totalizam-se 22 artigos analisados.

A seguir, o Quadro 1 apresenta os periódicos onde se constaram as publicações e seus respectivos autores, ano.

Quadro 1 - periódicos onde se constaram as publicações e seus respectivos autores, ano.

Área	Periódicos	Autores
Ciências da Saúde	Ciência e Saúde Coletiva	(Guida; Brito; Alvarez, 2013); (Ramminger; Athayde; Brito, 2013); (Silva; Moreira, 2015)
	Caderno Saúde Pública	(Riquinho; Hennington, 2016); (Santos; Hennington, 2013)
	Saúde em Debate	(Christo; Borges, 2017); (Marques; Hennington, 2017)
	Saúde e Sociedade	(Binda; Bianco; Sousa, 2013)
	Saúde Social	(Rückert; Aranha, 2018)
	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	(Fonseca et al., 2018)
	Rev. Latino-Am. Enfermagem	(Fontana; Lautert, 2013)
Ciências Humanas	Revista de Psicologia USP	(Oliveira, 2014)
	Trabalho, Educação e	(Santos; Camponogara, 2014),

	Saúde	(Gamarra, 2014)
	Educação em Revista	(Lima; Cunha, 2018)
	Revista de Psicologia	(Moraes; Athayde, 2014)
	Temas em Psicologia	(Moraes; Schwartz, 2017)
	Psicologia e Sociedade	(Silva; Barros, 2014)
	Comunicação, Saúde e Educação	(Ribeiro; De Araújo-Jorge; Bessa Neto, 2016)
Ciências Sociais Aplicadas	Cadernos EBAPE.BR	(Holz; Bianco, 2014)
Linguísticas, letras e saúde	Bakhtiniana	(Motta, 2015)
	RBLA	(Nascimento, 2014)

Fonte: autoras (2019).

As pesquisas são predominantemente qualitativas, com 14 estudos empíricos, e em sua maioria utilizando de entrevistas como método para produção de dados, e análise de conteúdo e discurso como forma de tratamento de dados. As demais publicações são estudos teóricos reflexivos que discorrem sobre as contribuições da ergologia para pesquisas sobre o trabalho.

Dentre os estudos empíricos, os locais da investigação concentram-se em unidades de saúde, especificamente em uma Unidade Neonatal (Silva; Moreira, 2015); Unidade de Saúde da Família (Binda; Bianco; Sousa (2013); outros, sob a perspectiva de analisar as mudanças no trabalho para a saúde do trabalhador, se desenvolveram em Termelétricas (Guida; Brito; Alvarez (2013); Previdência Social (Christo; Borges, 2017); Justiça do Trabalho (Fonseca et al, 2017); ainda, os que dirigiram-se aos processos de produção, entre eles, produção de tabaco (Riquinho; Hennington, 2016) e lavoura de cana-de-açúcar (Silva; Barros, 2014); e o estudo no

assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Rückert; Aranha; 2018).

Nos estudos teóricos reflexivos, houve a problematização dos saberes e os procedimentos normativos de formação e avaliação, sob a ênfase no saber docente (Lima; Cunha, 2018); nas práticas de ensino em saúde e segurança do trabalho (Ribeiro; De Araújo-Jorge; Bessaneto, 2016) e a prática de formação de condutores rodoviários profissionais (Oliveira, 2014). Outros concentram-se na revisão da literatura sobre a contribuição metodológica da ergologia para a regulação da saúde (Gamarra; 2014); em publicações científicas sobre a enfermagem (Santos; Camponogara, 2014); em estudos organizacionais sobre o trabalho (Holz; Bianco, 2014). Além disso, fundamentos sob a ergologia para o estudo sobre as experiências cotidianas no trabalho (Ramminger; Athayde; Brito, 2013; Oliveira, 2014).

Quanto às categorias profissionais, não houve predominância de uma categoria em relação a outras, ainda que a maior concentração de publicações tenha sido em saúde. Os profissionais nessa área de estudo foram diferentes, entre eles: enfermeiros, agentes comunitários de saúde; servidores públicos federais; trabalhadores rurais; e trabalhadores de serviços terceirizados. Na área de humanas, os estudos focaram as categorias: condutores rodoviários; motoboys e trabalhador rural. Em linguísticas, letras e saúde, apresenta-se o tradutor interprete de libras/português.

Uma estimativa das publicações no período de pesquisa evidencia no ano de 2013 um total de 23% (5), tendo maior alcance em 2014 com 32% (7), em seguida um declínio nos dois anos seguintes (2015-2016) com 9% (2), e por fim no ano de 2017 e 2018 manteve o nível de 14% que resulta em 3 publicações ao todo.

3.2 *Concepções sobre a ergologia*

A abordagem ergológica surgiu na França em meados da década de 1970, por meio, de um diálogo entre o filósofo Yves Schwartz com outros estudiosos da atividade humana (Nascimento, 2014), compreendendo uma abordagem pluridisciplinar com fundamentos na “filosofia de vida” de Canguilhem (2000) e na “ergonomia da atividade” de Wisner (1994).

Nessa perspectiva, para Schwartz (2000, p. 45) a ergologia “não é uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber, mas, sobretudo uma disciplina de pensamento”, pois concentra-se na construção de novos conceitos, considerando o como e onde se situa o espaço das (re)singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho.

Esta perspectiva considera que todo trabalho se faz por meio de um vivo debate, presente em toda a atividade humana, entre normas e valores antecedentes e renormalizações parciais em um dado momento histórico que é sempre singular (Schwartz, 2014). Nesse sentido, para compreender os conceitos presentes na concepção da ergologia é necessário considerar o contexto da atividade, ou seja, se aproximar o máximo possível das configurações de saberes e de valores gerados pela atividade humana no trabalho (Durrive; Schwartz, 2008).

Diante disso, segue-se a apresentação dos conceitos com maior evidência nos estudos em análise, pontuando aspectos das investigações desenvolvidas nas publicações brasileiras.

3.2.1 Trabalho

O trabalho é concebido como uma atividade humana, sendo uma dinâmica onde se operam micro criações industriais, transgressões, lugar de saberes específicos, ligações coletivas, onde se colocam à prova valores sociais e políticos na confrontação da atividade de trabalho com as normas antecedentes (Telles; Alvarez, 2004).

Sob a epistemologia da ergologia os estudos concebem o trabalho pela análise da atividade real, que as prescrições não são capazes de abordar, assim, analisam a atividade pelo curso da ação, onde os trabalhadores constroem saberes para gerir o vazio das normas e, assim, viabilizar a realização do trabalho (Durrive; Schwartz, 2008; Schwartz, 1998, 2010a).

Alguns estudos utilizam conjuntamente o aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho, representada, sobretudo desde a década de 1980, pelos trabalhos de Dejours (Lancman; Uchida, 2003). Como aspecto convergente entre as duas clínicas do trabalho está o interesse

pela ação no trabalho e pela extensão do poder de agir dos sujeitos (Bendassolli; Soboll, 2011).

Além disso, para as duas abordagens, o trabalho é considerado uma prova inscrita numa práxis, isto é, numa demanda pela transformação da realidade; importando a defesa do sujeito, e a preocupação com a sua vulnerabilidade e dos coletivos profissionais (Bendassolli; Soboll, 2011).

Para além, a Psicodinâmica compreende que todas as situações envolvem a confrontação com o real, logo sobrevêm imprevistos, dificuldades e incidentes a serem vencidos (Dejours, 2004, 2012). A partir disso, a Psicodinâmica concentra entre suas análises sobre os sistemas defensivos elaborados pelos trabalhadores, tanto individualmente como coletivamente com o objetivo de adaptação e proteção em prol da manutenção da sua saúde (Lancman; Uchida, 2003).

Diante do aporte teórico dessas duas clínicas, Guida, Brito e Alvarez (2013) analisaram as dificuldades enfrentadas por trabalhadores no processo de privatização de serviços entre duas Termelétricas, evidenciando as consequências para a saúde e segurança e as estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores na ação do trabalho.

De acordo com o estudo, as mudanças na gestão do trabalho com a implantação de um Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC) dos empregados das termelétricas ocasionaram a exclusão de alguns trabalhadores em virtude da função ou dos salários recebidos não atenderem ao PCAC (Guida; Brito; Alvarez, 2013).

A partir disso, criou-se uma situação de regressão funcional para alguns trabalhadores enquanto para outros de progressão funcional. Esta distinção acarretou a instabilidade e insegurança para os trabalhadores, que anteriormente às mudanças constituíam um grupo homogêneo, sem diferenciação (Guida; Brito; Alvarez, 2013).

Além disso, esta distinção trouxe o enfraquecimento do coletivo, com muitos trabalhadores desistindo de lutar e preferindo aderir às mudanças, uma vez que não obtinham o êxito nas lutas. Com isso, o reflexo desta estratégia foi manifestado pela acomodação e

desanimo, além de desprazer com a realização da atividade, descrito nos inúmeros relatos de sofrimento psíquico, distúrbios emocionais, entre outras alterações (Guida; Brito; Alvarez, 2013).

Contudo, como um mecanismo de defesa desenvolvido pelos trabalhadores, muitos entendiam a aquisição dos serviços (emprego) como um ganho, para garantir seus postos de trabalho e manutenção de seus meios de sobrevivência, suportando o adoecimento e permanecendo trabalhando, atribuindo a própria culpa, a mobilização intensa em prol das melhorias de trabalho (Guida; Brito; Alvarez, 2013).

Em outra vertente, Moraes e Athayde (2014) buscaram compreender o desenvolvimento do coletivo profissional dos motoboys, à luz da Ergologia, Psicodinâmica do Trabalho e Clínica da Atividade, com foco nas dimensões dos saberes práticos, sistemas defensivos, linguagem profissional, valores e regras de ofício compartilhadas pelos trabalhadores.

Para os autores, a mobilização coletiva em prol de melhores condições de trabalho caminhava entre duas vertentes. De um lado, um coletivo de trabalho preocupado com a emergência de saberes e prudência e regras de ofício (Cru; Dejours, 1987). E, de outro, motoboys que não conseguiam criar marcos de reconhecimento do próprio coletivo, em prol deles mesmos (Moraes; Athayde, 2014).

Diante disso, o gênero da profissão esbarra nessas dificuldades e por isso a prática de trabalho não se tem convertido em profissão ou ofício. Além disso, verificou-se que os motoboys vivenciavam um prazer em suas atividades de trabalho, ao mesmo tempo, que possuíam um reconhecimento defensivo e autossuficiente de autossuperação, que se processava de forma muito individualizada que reforçava a dinâmica da virilidade e das demais defesas coletivas (Moraes; Athayde, 2014).

3.2.2 saber

A Ergologia propõe que toda atividade é sempre uma nova forma de trabalhar, um novo agir onde o trabalhador reorganiza o que lhe é imposto (Schwartz; Duc; Durrive, 2010). De acordo com essa abordagem, a cada atividade há um constante movimento de

confronto, entre os saberes científicos acumulados com os saberes investidos na atividade, dirigindo ao retrabalho e a contextualização por intermédio da validação ou interpelação epistemológica e ética (Holz; Bianco, 2014).

Neste cenário, o confronto de saberes é denominado como dispositivo de três polos, que consiste em: (I) o saber formal, disciplinar; (II) o saber informal, investido; e (III) o saber construído. Assim, toda atividade é sempre uma trama entre os polos dos conceitos, das normalizações que são armazenadas e o polo que se gera e se regenera nas dinâmicas das atividades locais (Souza; Bianco, 2007).

Dessa forma, toda a atividade humana é sempre um local de debate entre normas antecedentes a serem definidas em função das circunstâncias e processos parciais de renormatizações, centrados na entidade atuante (Schwartz, 2002). Importante esclarecer que pesquisadores de diferentes áreas disciplinares usam os termos renormatizar ou renormalizar para se referirem ao processo de criação/modificação de normas na atividade.

Nesse contexto, Fontana e Lautert (2013) analisaram as situações de trabalho de profissionais de enfermagem, baseados nos conceitos, saberes, valores expressos e praticados pelos profissionais, para a gestão dos riscos ocupacionais. Segundo as autoras, o trabalhador é convocado a renormatizar seu modo de trabalho, fazendo alguns maus usos de si, para tornar o trabalho possível. Com isso, correr risco se tornou inevitável, sendo o sofrimento e o adoecimento físico e mental recorrente por conta da exposição à agressão verbal e falta de segurança, como também à precariedade do serviço, com a falta de materiais e instalações adequadas.

Dessa forma, o profissional de enfermagem em toda atividade vive em uma dinâmica constante, a qual apresenta rupturas e descontinuidades, ou seja, um cruzamento entre a trama, ou, os saberes técnicos, organizacionais, instrumentos, a própria história dos sujeitos. Assim, o trabalhador é convocado a renormatizar as constantes tarefas em virtude do vazio ou do déficit de normas e com isso se expõe constantemente aos riscos ocupacionais (Fontana; Lautert, 2013).

Por sua vez, Silva e Barros (2014) trataram do saber produzido no cotidiano do trabalho em canaviais, através das experiências e histórias dos trabalhadores revelaram os saberes investidos que surgem no seio da atividade de produção, na relação do sujeito com as diversas situações vividas no ato de seu trabalho. De acordo com este estudo, a história expressa pelo governo no uso de agrotóxicos na produção de cana-de-açúcar difere da realidade gerada pelas experiências dos trabalhadores nos canaviais.

Em virtude dessa lacuna, a história transmitida sobre a produção canavieira se resume no progresso econômico e acordos políticos de preservação ao ambiente, negligenciando a vida dos trabalhadores e o saber por eles produzido. Enquanto, a realidade trata de uma produção humana e ambientalmente devastadora, pois os dramas repercutem na entrega do corpo ao trabalho, confrontando as normas, inventando soluções, suportando o uso de agrotóxicos prejudiciais à saúde (Silva; Barros, 2014).

Em outro contexto, Lima e Cunha (2018) trouxeram em sua contribuição à inaplicabilidade de políticas desenvolvidas para o reconhecimento dos saberes docentes. Conforme as diretrizes desenvolvidas, a avaliação dos saberes e competências dos professores estão concentradas na análise de documentação que comprova a realização de determinadas atividades pelos professores, que pouco contribui para valorização dos saberes docentes.

Dessa forma, ao considerar o trabalho docente, o local de articulação entre saberes investidos e saberes constituídos para a realização da prática profissional, a avaliação do saber produzido somente pode ser analisada por uma aproximação do trabalhador. No entanto, o processo de avaliação dos saberes docentes configura uma atividade burocrática, desconsiderando que os sujeitos são formados por diferentes experiências que não podem ser elencadas igualmente para todos (Lima; Cunha, 2018).

Em meio a essa discussão do saber e ensino, Ribeiro; Araújo-Jorge e Bessa Neto (2016) propuseram a construção de uma tecnologia social para a educação de Agentes de Combate a Endemias – ACE's, através da integração do “ambiente”, “saúde” e “trabalho”. A integração destes temas foi considerada necessária para a

contextualização e problematização para elaboração de saberes e práticas dos ACE's, em virtude da necessidade de superação dos conhecimentos técnicos científicos e tradicionais.

A proposta dos autores considera pensar no ambiente porque ao refletir sobre as condições com que os profissionais são submetidos, visualizaram por meio da bibliografia, a negligência do poder público quanto a saúde e a segurança na atividade destes profissionais, cabendo somente aos ACE's deveres e responsabilidades (Ribeiro; De Araújo-Jorge; Bessa Neto, 2016).

Dessa forma, a atividade desenvolvida pelos ACE's sempre esteve sujeita aos riscos, e com a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS surgiu uma nova forma de relação no ambiente, pois com a política de saúde descentralizada foram incorporados a flexibilização e em consequência a precarização do trabalho dos ACE's, para quem foram pensadas novas propostas de qualificação que atendessem as exigências políticas (Ribeiro; De Araújo-Jorge; Bessa Neto, 2016).

Entretanto segundo os autores, ainda há necessidade de elaboração e teste de propostas educativas afinadas com essas perspectivas, aplicadas a realidade do público para a formação em saúde e segurança do trabalho (Ribeiro; De Araújo-Jorge; Bessa Neto, 2016).

3.2.3 Usos de si

Em meio ao processo de reformatizar/renormalizar as normas antecedentes, Schwartz (2003) articula que em toda a aplicação de princípios técnico-científicos há sempre, uma reinvenção local, da mesma forma que toda atividade de trabalho há quase sempre, uma dramática do uso de si, devido à necessidade de dar-se a si mesmo normas.

Neste contexto, a dramática é a escolha feita pelo trabalhador quando há realização de cada atividade de trabalho, pois se vivencia uma verdadeira trama entre as normas e valores escolhidos pelo trabalhador (Schwartz; Durrive, 2007). Sendo assim, as dramáticas dos usos de si são as situações em que as escolhas têm que ser feitas,

pois no trabalho sempre haverá um destino a se viver em consequência das escolhas realizadas (Schwartz, 1998).

Além disso, para a ergologia o uso de si no trabalho ocorre de duas formas: o uso de si por si, e o uso de si pelos outros. O primeiro revela o comprometimento de suas escolhas, ou seja, o que cada um assume fazer. O segundo, o uso de si pelos outros, são as normas econômico-produtivas, as instruções operacionais já previstas e impostas (Schwartz, 2010b).

Nesse contexto, Binda, Bianco e Souza (2013) constataram que as Agentes Comunitárias de Saúde de uma Unidade Básica de Saúde vivem e trabalham com as dramáticas do uso de si, ao buscar preservar a saúde e prevenir doenças da população pertencente à área de sua responsabilidade.

Segundo as evidências, as atividades de trabalho das ACS são marcadas por um número considerável de normas antecedentes, concebidas para antecipar o maior número de situações presentes no cotidiano de trabalho. Contudo, os desafios são lançados frequentemente, o que leva ao embate entre normas e valores em suas atividades de trabalho, como exemplo, na orientação a gestações na adolescência e na prescrição de remédios para não alfabetizados (Binda; Bianco; Souza, 2013).

Diante disso, as ACS fazem usos de si para buscar estratégias de solução para os problemas de saúde da população, e muitas vezes sem o apoio da gestão local para preservar a sua própria saúde, submetendo-se ao sol durante todo o dia na atividade de trabalho. Além disso, as ACS lidam com usuários que dependem quase exclusivamente dos serviços de saúde do SUS, mas que muitas vezes não reconhecem a importância do trabalho, com isso, só procuram auxílio quanto a saúde quando estão doentes e precisam utilizar dos serviços da rede pública (Binda; Bianco; Souza, 2013).

Dessa forma, para Binda, Bianco e Souza (2013), as ACS renormalizam as normas das atividades de trabalho fazendo usos de si, com isso vivem “no fio da navalha”, pois são a linha de frente do Sistema Único de Saúde – SUS. Assim, as ACS são lançadas às mudanças expondo-se a insegurança, enfrentando os desafios, a complexidade da relação com o território, o convívio com o coletivo

de trabalho, entre outras situações onde as renormalizações, dramáticas do uso de si e a gestão do trabalho são construídas.

Em outro contexto, as dramáticas foram abordadas por Nascimento (2014) na atividade do tradutor interprete de libras/português - TILSP, considerando a linguagem como trabalho, que está além de uma simples manifestação da linguagem humana, uma vez que, o trabalhador lida, cotidianamente, com línguas em que a materialidade dessa linguagem se constitui de outros modos durante a atividade de interpretação.

Neste contexto, a linguagem no trabalho do TILSP é uma atividade que envolve escolhas, dramas, (in) soluções, histórias e interações durante a atividade de interpretação em que são desconhecidas do ponto de vista teórico e formativo (Nascimento, 2014).

Diante disso, o TILSP na ação de sua atividade quando lançado a questões em novas esferas de atuação, envolve-se em dramáticas que são determinantes para o estabelecimento dos sentidos discursivos mediada entre os seus dois interlocutores diretos. Dessa forma, as dramáticas do TILSP estão especialmente relacionadas as escolhas enunciativo-discursivas realizadas durante o ato interpretativo (Nascimento, 2014).

3.2.4 Contribuições

As contribuições teóricas sobre abordagem ergológica propõem subsídios para novas investigações e ações de regulação quanto aos processos políticos e ao reconhecimento da atividade de trabalho.

Neste contexto, Gamarra (2014) apresentou a contribuição epistemológica da ergologia para a regulação da atividade em saúde. Em virtude de a regulação em saúde possuir grande ênfase sobre seu caráter técnico-científico como um pré-requisito para a atividade regulatória, que conseqüentemente fortalece somente os objetivos sociais, econômicos e gerenciais.

Dessa forma, a autora propôs a ergologia para uma tentativa de compreensão do ir e vir do microcosmo da atividade humana ao macrocosmo da vida social. Sob esta perspectiva discute o debate de

normas e valores e as crises permanentes entre o econômico, o político, o jurídico e a atividade humana que existem na sociedade (Gamarra, 2014)

Com isso, a ergologia segundo Gamara (2014) ajuda na minimização da ênfase em aspectos técnicos e supera os quatro tipos de deficiências indicados por Trubeck et al (2008) como: de democracia, de informação, de capacidade e de implementação. Assim, a incorporação de referenciais ergológicos à regulação em saúde supera o tensionamento entre os polos da economia, direito e atividade humana, e atende aos diferentes interesses e valores envolvidos, para que se consiga alcançar o bem comum.

Por sua vez, Holz e Bianco (2014) apontaram a pertinência da epistemologia da ergologia para a concepção de gestão na Administração, ao possibilitar um novo olhar sobre a atividade humana; possibilitando a cada gestor, organizador do trabalho, considerar os imperativos de toda atividade e a contradição entre normas necessárias e renormalizações, entendendo as situações sempre singulares, para então fomentar novas práticas de gestão para o sucesso das organizações.

Conclusões

O presente estudo pretendeu analisar como a temática da Ergologia vem sendo abordada na produção científica brasileira nos últimos cinco anos (2013-2018). Pode-se concluir que a temática está sendo aplicada como abordagem epistemológica para investigar as atividades de trabalho e suas implicações para a saúde, para o reconhecimento dos saberes e vivências da dramática dos usos de si.

Além disso, constatou-se que o contexto da produção científica brasileira encontra-se em um estágio inaugural, com maior concentração de publicações na área de ciências da saúde, e maior incidência de publicações sobre a temática no ano de 2014 (32%). Sob esta evidência, mostra-se um campo com muitas possibilidades de investigação para a evolução no campo científico, investindo em outras áreas não tão exploradas, como por exemplo, os Estudos Organizacionais.

Diante disso, evidencia-se a importância da compreensão do trabalho e a sua influência em todos os âmbitos do viver e aponta para a construção a partir das investigações iniciais para o desenvolvimento de novos modelos de intervenção nas áreas em estudo. Além disso, para futuras investigações dirige para uma abordagem que considere os aspectos na ação real da atividade humana, o caráter subjetivo do trabalho e sua centralidade na construção social do indivíduo.

Por fim, ressaltam-se as limitações dessa pesquisa, como: uma única base de dados como fonte, apenas artigos científicos em periódicos nacionais, e um idioma. Assim, pode-se considerar a restrição dos resultados, e para ampliação, sugere-se em futuras pesquisas incluam-se novas bases, e outras produções científicas, como também outros idiomas no sistema de busca na própria Scielo.

Referências

BENDASSOLLI, P. ; SOBOLL, L. A. P. (2011). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Eds.). *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho*. São Paulo: Atlas. 3-21.

BINDA, J.; BIANCO, M. DE F.; SOUSA, E. M. DE. (2013). O trabalho dos agentes comunitários de saúde em evidência: uma análise com foco na atividade - The job of Community Health Agents in evidence: an analysis under the perspective of the activity. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 389–402.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. (1990). 5. ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1990.

CHRISTO, C. DE S.; BORGES, M. E. S. (2017). Reorganização do trabalho em uma agência da Previdência Social: resistência à mudança ou preservação da saúde? *Saúde em Debate*, v. 41, n. spe2, p. 104–114.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. (2008). Revisões temáticas: glossário da Ergologia. *Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 23–28.

- FONSECA, F. et al. (2018). Implicações de novas tecnologias na atividade e qualificação dos servidores: Processo Judicial Eletrônico e a Justiça do Trabalho. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 43, n. 4, p. 1–12.
- FONTANA, R. T.; LAUTERT, L. (2013). The situation of nursing work and occupational risks from an ergological perspective. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 21, n. 6, p. 1306–1313.
- GALVÃO, C.; SAWADA, N.; TREVIZAN, M. (2004). Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 12, n. 3, p. 549–556.
- GAMARRA, T. (2014). Contribuições epistemológicas da ergologia para a regulação em saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 12, n. 3, p. 483–498.
- GUIDA, H. F. S.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (2013). Gestão do trabalho, saúde e segurança dos trabalhadores de termelétricas: um olhar sob o ponto de vista da atividade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 11, p. 3125–3136.
- HOEFELMANN, C.; SANTOS, T. C.; MORRETTI-PIRES, R. (2012). Revisões de artigos qualitativos. In: SARAY, G.; MORETTI-PIRES, R. (Eds.). *Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à educação física*. Florianópolis: Tribo da Ilha. p. 149–155.
- HOLZ, E.; BIANCO, M. F. (2014). Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais sobre trabalho. *Cadernos EBAPE.BR*, v. Edição Esp, p. 513–532.
- LIMA, N.; CUNHA, D. (2018). Saberes docentes: as políticas de reconhecimento de saberes dos professores da educação profissional no Brasil. *Educação em Revista*, n. 34, p. 01-28.
- MARQUES, A. A.; HENNINGTON, É. A. (2017). As repercussões da Doença de Chagas no contexto de vida e trabalho de usuários de instituto de pesquisa. *Saúde em Debate*, v. 41, n. spe2, p. 215–224.
- MORAES, T. D.; ATHAYDE, M. R. (2014). Dimensões do coletivo na atividade de trabalho dos motoboys. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 2, p. 327–348.

- MORAES, T. D.; SCHWARTZ, Y. (2017). Perspectivas ergológicas para o uso de simuladores de direção. *Temas em Psicologia*, v. 25, n. 4, p. 1589–1604.
- MOTTA, A. R. (2015). O papel da música nas atividades de trabalho / The Role of Music in Work Activities. *Bakhtiniana*, v. 10, n. 2, p. 90–114.
- NASCIMENTO, V. (2014). Dimensão ergo-dialógica do trabalho do tradutor intérprete de Libras / Português: dramáticas do uso de si e debate de normas no ato interpretativo. *RBLA, Belo Horizonte*, v. 14, n. 4, p. 1121–1150.
- OLIVEIRA, F. DE. (2014). Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. *Psicologia USP*, v. 25, n. 1, p. 41–50.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. (2006). *Systematic Reviews in the Social Sciences: a practical guide*. 1. ed. Reino Unido: Blackwell Publishing.
- RAMMINGER, T.; ATHAYDE, M. R. C. DE; BRITO, J. (2013). Ampliando o diálogo entre trabalhadores e profissionais de pesquisa: alguns métodos de pesquisa-intervenção para o campo da Saúde do Trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 11, p. 3191–3202.
- RIBEIRO, J. M. P.; DE ARAÚJO-JORGE, T. C.; BESSA NETO, V. (2016). Ambiente, saúde e trabalho: Temas geradores para ensino em saúde e segurança do trabalho no Acre, Brasil. *Interface: Communication, Health, Education*, v. 20, n. 59, p. 1027–1039.
- RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. (2016). Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. 12, p. 1–10.
- RÜCKERT, B.; ARANHA, A. V. S. (2018). Struggling for health is struggling for agrarian reform: A study on health practices within the Brazil's landless workers' movement. *Saúde e Sociedade*, v. 27, n. 1, p. 116–127.
- SANTOS, J. C. B. DOS; HENNINGTON, É. (2013). A. Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores

- Rurais Sem Terra. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 8, p. 1595–1604.
- SANTOS, T. M.; CAMPONOGARA, S. (2014). Um olhar sobre o trabalho de enfermagem e a ergologia. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 12, n. 1, p. 149–163.
- SCHWARTZ, Y. (1998). Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Educação & Sociedade*, v. 19, n. 65, p. 101–140.
- SCHWARTZ, Y. (2000). A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho e Educação*, v. 7, p. 38–47.
- SCHWARTZ, Y. (2010). Trabalho e Ergologia. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Eds.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2010a. p. 131–148.
- SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. (2010). In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Eds.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2010b. p. 189–204.
- SCHWARTZ, Y. (2014). Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, v. 49, n. 3, p. 259–274.
- SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. A. (2010). A linguagem em trabalho. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Eds.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2010. p. 25–36.
- SILVA, E. M. DA; MOREIRA, M. C. N. (2015). Equipe de saúde: negociações e limites da autonomia, pertencimento e reconhecimento do outro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 10, p. 3033–3042.
- SILVA, M. S.; BARROS, V. A. DE. (2014). Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais TT - Conocimiento sobre el trabajo: experiencia e historia en plantaciones de caña de azúcar TT - Knowledge about the work: experience and history in the sugarcane fields. *Psicol. soc. (Online)*, v. 26, n. 2, p. 440–448.
- SOUZA, E. D., & BIANCO, M. (2007). A Ergologia: uma alternativa analítica para os estudos do trabalho. In *Congresso latinoamericano de sociología del trabajo* (Vol. 5, pp. 1-13).

TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. (2004). Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M. et al. (Eds.). *Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho*. Rio de Janeiro: DP&A.